

TRABALHO COLABORATIVO ENTRE O AEE E PROFESSORES

REGULARES:

uma etnografia escolar sobre inclusão na região do salgado marapaniense

Ewerton Domingos Tuma Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

<https://orcid.org/0000-0001-6273-9829>

RESUMO:

O presente artigo busca analisar no âmbito da educação inclusiva, quais os principais entraves no processo colaborativo entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e professores regulares em escolas públicas de ensino fundamental na região norte do Brasil, especificamente na costa Norte brasileira, conhecida como “Região do Salgado Marapaniense”, no município de Marapanim/PA, uma área praiana que é parte integrante da região amazônica. Para tal, foi realizada uma etnografia escolar que teve como metodologia um estudo qualitativo constando de levantamento bibliográfico sobre o tema educação inclusiva e ainda observação participante no ambiente escolar dentre anos de 2018 a 2021, em turmas do ensino fundamental, nas disciplinas de história, estudos amazônicos e no âmbito pedagógico voltado para o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE. Este estudo se fez relevante, pois analisa os desafios da educação inclusiva em escolas públicas, desvelando que, mesmo após quase duas décadas da instauração da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e demais leis que alteram esse tema, muitas dificuldades ainda podem ser encontradas no cotidiano escolar. Como pressupostos teóricos, utilizamos os estudos de Alves (2021), De Almeida, Urbieta, Da Silva (2016), Freire (2016), Mendes (et al.) (2016) e Tuma Martins (2021). Como resultado, tivemos a oportunidade de observar experiências exitosas e a permanência de alguns empecos nas dinâmicas de convivência entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e os professores regulares da rede municipal de ensino no município de Marapanim/PA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. AEE. Colaboração. Professores Regulares.

Abstract

This article aims to analyze, within the scope of inclusive education, what are the main obstacles in the collaborative process between the Specialized Educational Assistance (AEE) service and regular teachers in public elementary schools in the northern region of Brazil, specifically on the Brazilian northern coast, known as the “Salgado Marapaniense Region”, in the municipality of Marapanim/PA, a beach area that is an integral part of the Amazon region. To this end, a school ethnography was carried out using a qualitative study methodology consisting of a bibliographic survey on the topic of inclusive education and also participant observation in the school environment between the years 2018 and 2021, in elementary school classes, in the subjects of history, Amazonian studies and in the pedagogical scope focused on the Specialized Educational Assistance (AEE) service. This study was relevant because it analyzes the challenges of inclusive education in public schools, revealing that, even after almost two decades of the establishment of the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008) and other laws that change this theme, many difficulties can still be encountered in everyday school life. As theoretical assumptions, we used the studies by Alves (2021), De Almeida, Urbieta, Da Silva (2016), Freire (2016), Mendes (et al.) (2016) and Tuma Martins (2021). As a result, we had the opportunity to observe successful experiences and the persistence of some obstacles in

the dynamics of coexistence between the Specialized Educational Assistance (AEE) service and regular teachers of the municipal education network in the city of Marapanim/PA.

KEYWORDS: Education. AEE. Collaboration. Regular Teachers.

Resumen

Este artículo busca analizar, en el ámbito de la educación inclusiva, cuáles son los principales obstáculos en el proceso colaborativo entre el servicio de Asistencia Educativa Especializada-AEE y los docentes regulares de escuelas públicas de educación primaria en la región norte de Brasil, específicamente en la costa norte brasileña, conocida como “Región Salgado Marapaniense”, en el municipio de Marapanim/PA, una zona de playa que es parte integral de la región amazónica. Para ello se realizó una etnografía escolar con la metodología de un estudio cualitativo consistente en una encuesta bibliográfica sobre el tema de educación inclusiva y también la observación participante en el ámbito escolar entre los años 2018 y 2021, en las clases de primaria, en las asignaturas de historia, estudios de zonas amazónicas y en el ámbito pedagógico enfocado en el servicio de Asistencia Educativa Especializada-AEE. Este estudio es relevante porque analiza los desafíos de la educación inclusiva en las escuelas públicas, revelando que, incluso después de casi dos décadas del establecimiento de la Política Nacional de Educación Especial desde la Perspectiva de la Educación Inclusiva (2008) y otras leyes que modifican este tema, todavía se pueden encontrar muchas dificultades en la vida escolar cotidiana. Como supuestos teóricos utilizamos los estudios de Alves (2021), De Almeida, Urbieto, Da Silva (2016), Freire (2016), Mendes (et al.) (2016) y Tuma Martins (2021). Como resultado, tuvimos la oportunidad de observar experiencias exitosas y la persistencia de algunos obstáculos en la dinámica de convivencia entre el servicio de Asistencia Educativa Especializada-AEE y los docentes regulares de la red educativa municipal en el municipio de Marapanim/PA.

PALABRAS CLAVE: Educación. AEE. Colaboración. Profesores Regulares.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar no campo da educação inclusiva, quais são os principais entraves no processo de cooperação entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regulares de escolas públicas de ensino fundamental no município de Marapanim/PA. O motivo da escolha do tema deu-se pelo fato de o pesquisador desse estudo atuar nas escolas em questão como docente, o que chamou atenção do instinto etnográfico dadas as experiências vividas no âmbito das discussões sobre a colaboração entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e docentes regulares para realização de tarefas escolares.

O estudo tem sua relevância acadêmica calcada na análise das dinâmicas da convivência de dois grupos presentes no ambiente escolar público municipal,

o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e os docentes regulares, desvelando determinados aspectos pertinentes a essa relação, aspectos esses que são determinantes para o tipo de atendimento prestado ao alunado com necessidades diferenciadas dos discentes regulares. Alves (2021) desvela que um dos entraves para o atendimento desse alunado é a “a ineficiência de uma relação dinâmica de organização dialógica” entre os dois grupos em questão, sendo essa “uma das principais barreiras para a escolarização deste público” (ALVES, p. 2, 3, 2021).

A presente pesquisa apresenta como problema a ser respondido, quais os principais entraves para que se estabeleça uma relação harmônica entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e professores regulares de escolas públicas de ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) no município de Marapanim/PA, na Costa Norte Brasileira.

O objetivo geral do estudo é descrever, analisar e desvelar quais os empecos que dificultam uma relação de trabalho mais colaborativa entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e professores regulares de escolas públicas de ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) no município de Marapanim/PA. Os objetivos específicos desse estudo são: **(i)** apresentar aspectos gerais da introdução da educação inclusiva no âmbito das escolas públicas; **(ii)** caracterizar a educação inclusiva como oportunidade de transformação social **(iii)** explicitar por meio de trabalho etnográfico/de campo os empecos existentes nas dinâmicas de colaboração entre os dois grupos apresentados, o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e os professores regulares e ainda, suas experiências exitosas.

Para a estruturação desse estudo, como abordagem teórica-metodológica foi feito um levantamento bibliográfico no âmbito do tema **Educação Especial e Inclusiva** para entender as interações, diálogos de saberes e fazeres nas ações pedagógicas. Realizou-se uma etnografia escolar com base na observação participante (trabalho de campo) no ambiente escolar em questão durante os anos de 2018 a 2021, com ênfase nas disciplinas de história, estudos amazônicos e atividades pedagógicas voltadas à relação docente regular e o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE. A pesquisa teve como

locus a Costa da região Norte do Brasil, especificamente na “Região do Salgado Marapaniense”, uma área praiana que é parte integrante da região amazônica.

2 ASPECTOS GERAIS DA INTRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Várias sociedades modernas levaram as instituições educacionais a analisar e investigar coletivamente questões inter-relacionadas e altamente complexas, como ética, diferenças étnicas, diferenças culturais, diferenças de gênero e inclusão social/ educacional. Hoje, essas instituições abordam tais assuntos de acordo com os princípios educacionais elaborados pelo governo federal.

A educação especial nasceu com muitas lutas, organizações e leis que a apoiam em diversas investidas para sua concretização. As pessoas com deficiência e a educação inclusiva começaram a ser empoderadas por meio da Declaração de Salamanca em 1994, ainda, após a aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases-LDB de 1996.

Nesse sentido, hodiernamente ainda podemos citar como exemplo a revogação do decreto 10.502/20 pelo decreto 11.370/23, pois o mesmo teve destaque popular por negar direitos a pessoas com deficiência. O mesmo foi apelidado de "portaria de exclusão" por especialistas e familiares de pessoas com deficiência. Eles afirmaram que é direito constitucional das pessoas portadoras de deficiência, frequentar as escolas regulares não podendo serem impedidas em seu acesso, bem como devendo haver a eles todo o suporte que lhes couber acentuando a inclusão como sendo embasada na diversidade humana.

Diante do exposto, as instituições de ensino têm um papel primordial para que a lei de inclusão seja exercida. As demandas são amplas, mas deve ficar claro que a política nacional de educação especial dá prioridade à definição de atendimento especializado nas escolas. Assim, o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE é criado como uma maneira de viabilizar a integração de aluno público da educação especial (PEE) no ensino regular.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 22-23).

A partir dessa perspectiva, entende-se que o aluno público da educação especial (PEE) são aqueles que precisam de recursos educacionais e métodos específicos no mesmo âmbito, devido às suas próprias necessidades e diferenças com outros alunos em áreas do currículo apropriado para a idade e o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE é peça fundamental para que a inclusão seja efetivada nos ambientes escolares. Sua criação tornou-se um marco importantíssimo para essa viabilização.

Apesar de normatizada por intermédios legais, ainda há empecos, desafios e dificuldades identificadas na educação inclusiva. Portanto, este estudo visou etnografar as dinâmicas de colaboração entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e corpo docente regular em escolas públicas municipais de ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) do município de Marapanim/PA, na parte geográfica conhecida popularmente como “região do salgado marapaniense”.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO OPORTUNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A educação inclusiva é hoje considerada um fator chave no combate à desigualdade social e ao preconceito que ainda persistem em nosso País. É uma das mais importantes ferramentas de atuação no âmbito educacional inclusivo e que pode mudar situações de desordem e conflitos sociais, orientando as pessoas para um estado de busca da harmonia da vida em sociedade.

A apropriação do tema educação inclusiva e a sintonia na sua execução nas escolas permite que os alunos com necessidades específicas de atendimento estimulem seu aprendizado na convivência com o grupo compartilhando o mesmo espaço socioeducativo com outras discentes. Essa convivência/troca também proporciona aos alunos regulares a possibilidade de contato com conceitos como respeito, diversidade, consciência e tolerância. Esses objetivos sugerem que a educação inclusiva é, portanto, um viabilizador de caminhos que levam a uma sociedade mais saudável, com seres sociais mais saudáveis comportamentalmente.

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiência (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada (BRASIL, 2006, p. 47).

Entende-se, pelo viés de Leite (2003), que a escola deve assegurar todo o suporte educacional ao seu alunado para que esse possa fluir em direção a busca da harmonia social. A escola posicionando-se em uma busca constante de revisitação/atualização do seu papel sempre que como necessário. Deve ainda estimular alterações e ajustes em suas operações/práticas, dedicação, treinamento, incentivo, conhecimento para construir conhecimento relevante ao atendimento de seu alunado. Freire (1996) neste âmbito aponta ainda o papel do docente como indispensável nesse processo, mas que este necessita de criticidade, ou será tão somente um “ingênuo”.

[...] o saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito [...] o que se precisa é possibilitar que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica (FREIRE, 1996, p. 22).

Para Saul e Silva (2009), Paulo Freire se refere à formação permanente como sendo não somente uma indicação aos discentes em plena vida escolar, ou a um jovem ou adulto com acesso debilitado a escola, para Freire essa formação “implica a compreensão de que o ser humano é um ser inconcluso e que está sempre com a perspectiva de ‘ser mais’”, estando ela ligada diretamente a realidade do mundo cotidiano (SAUL, SILVA, p. 238, 2009). É dessa constatação da realidade que a inclusão ganha destaque como uma oportunidade de inclusão social.

4 DINÂMICAS COLABORATIVAS ENTRE O AEE E PROFESSORES REGULARES – EMPEÇOS E EXITOS.

Uma situação recorrente nos ambientes educacionais envolvendo o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e os professores regulares é sobre a quem pertence a responsabilidade pela adaptação das provas bimestrais, trabalhos ocasionais e atividades diárias dos alunos público da educação especial (PEE) e até mesmo a quem deve o acompanhamento desses em sala de aula. Esse artigo faz um levantamento sobre as dinâmicas que envolvem essa relação entre esses dois grupos.

A região do salgado marapaniense no município de Marapanim/PA possui uma rede considerável de escolas públicas municipais onde observaram-se empecos e experiências exitosas nas dinâmicas colaborativas entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e os docentes regulares. Essas dinâmicas colaborativas são de fundamental importância, pois elas definem a qualidade do atendimento ao alunado deficiente que necessita de cuidados especializados.

Esse estudo parte para desvelar empecos encontrados ao longo de sua estruturação. Pode-se destacar aqui a falta de formação continuada como uma das condições primordiais para que a implantação e bom desempenho da educação inclusiva e o bom relacionamento entre serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e professor regular possam ter sucesso de

forma a atender o seu alunado. A esse respeito De Almeida, Urbieta e Da Silva (2016) explanam o seguinte:

O propósito da formação se atribuiu ao desenvolvimento de uma reflexão sobre a mobilização da escola frente ao novo modelo escolar, ou seja, a inclusão dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino. Esse movimento obriga a escola a refletir sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola. A formação fundamenta-se na necessidade de dados que ensejem discussões e reflexões críticas sobre o atendimento educacional escolar dado aos estudantes com deficiências, priorizando a inclusão e tecnologias assistivas (DE ALMEIDA, URBIETA, DA SILVA, p. 131, 2016).

Tuma Martins (2021) em seu artigo “Desafios da Implementação da Lei 10.639/2003 em Escolas Públicas no Município de Marapanim/PA”, levantou tipos distintos de trabalhadores durante a estruturação da semana da consciência negra na região do salgado marapaniense, nesse artigo ele aponta a existência de características específicas de docentes que perpassam para esse estudo atual, pois apontamos como características ainda existentes:

[...] três tipos de professores puderam ser observados [...] O inovador é aquele que possui uma formação continuada em nível de cursos de extensão universitária e em média pelo menos uma especialização [...] Este tipo de profissional demonstrou ter consigo o compromisso da desconstrução de uma história tendenciosa na busca de um equilíbrio social a partir de uma educação libertadora. [...] Na contramão deste fluxo, encontramos o docente tradicionalista, aquele que não buscou uma formação continuada, não se ajustou as mudanças ao seu redor, não se interessou em qualificar a si mesmo em seu ofício. [...] O terceiro tipo de docente identificado foi o irresoluto. Profissional de formação acadêmica [...] nem sempre com formação continuada e, quando pudemos verificar tais continuidades, foram na maioria em nível de cursos de extensão e basicamente com o intuito somente de somar ao seu próprio currículo profissional, não levando em conta a aplicabilidade prática destes conhecimentos (TUMA MARTINS, p. 101, 2021).

No âmbito dos empecos apontados pelo presente estudo, a figura dos docentes tradicionais e os irresolutos, são peças chaves para a desconfiguração do cenário de partilha de ações colaborativas entre o serviço de Atendimento

Educacional Especializado-AEE e docentes regulares, haja vista esses tipos de docentes estarem presente nos dois grupos citados. Ressalta-se ainda que tanto o presente estudo quanto o citado acima (TUMA MARTINS, 2021) tratam desses perfis docentes de forma qualitativa.

O advogado e pedagogo Paulo Freire (1996) deixa claro que os professores também precisam de “segurança, competência profissional e generosidade”, pois a segurança vem da melhoria contínua e a generosidade vem do profissional deve ser capaz de comunicar-se com seus alunos, entendendo que essa é a base para ampliar o conhecimento.

O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar a altura da sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (Freire, 1996. p. 103).

Tuma Martins (2021) desvela a partir de Freire (1996) que a incompetência profissional não está atrelada necessariamente ao nível de escolarização do docente, mas calcada na sua relação opressora com os discentes. Há a indicação ainda de que não somente a formação continuada é a solução, mas superar preconceitos é fundamental.

Mendes (et al., 2016) ressalta que as questões relacionadas ao currículo escolar são demasiadamente complexas e vão muito além das condições individuais, destacando aqui os alunos com deficiência intelectual. Ressalta ainda que também deve ser notada a existência de um dilema relacionado a formação de professores, onde a ênfase nas habilidades cognitivas muitas vezes leva à percepção de que os alunos com deficiência intelectual não são adequados para aprender o conteúdo tradicional. Essas barreiras ao desempenho da educação inclusiva também foram encontradas no *locus* da presente pesquisa.

No que concerne as experiências exitosas o estudo explicita que duas das escolas municipais estudadas estão situadas na Sede do município¹ de Marapanim/PA e possuem alunos que moram em comunidades distantes e necessitam de transporte para chegar até tais escolas. Nesse sentido, observou-se determinado empenho do poder público municipal no sentido de promover o transporte via ônibus e sem custo, de todos os alunos que moram nessas comunidades sem distinção. Alunos público da educação especial (PEE) são incluídos normalmente na programação do transporte havendo ainda o apoio por parte de alguns professores dentre outros trabalhadores das escolas que também fazem uso desse transporte e por estarem no coletivo mesmo antes de iniciar seus horários de trabalho, já estão ali naquele momento exercendo cuidado e solidariedade aos alunos e principalmente alunos público da educação especial (PEE).

Outra demonstração de êxito é o fato de as escolas possuírem salas de serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE muito bem estruturadas, climatizadas, com banheiros com acesso a cadeirantes, rampas, bibliotecas com leituras pedagogicamente destinada ao uso dos alunos público da educação especial (PEE), brinquedos educativos e espaço de acolhimento. Esses serviços de atendimentos na maioria das vezes, tem a frente profissionais graduados e pós-graduados em pedagogia à frente dos trabalhos contando com o apoio e supervisão das direções das escolas.

Pode-se observar que a relação entre serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE e professores regulares caminha sobre uma linha tênue que por vezes leva ao desentendimento, mas que por vezes também apresenta bons resultados. O presente estudo acompanhou o questionamento de um docente regular de uma escola da Sede do município, onde o mesmo questionou a adaptação das provas de seus discentes com deficiência. Para o professor regular da disciplina de História e Estudos Amazônicos a

¹ A sede do município é onde estão situadas: prefeitura, bancos, hospital municipal entre outros órgãos públicos e de serviços.

responsabilidade de estruturação seria da professora, a mesma, no entanto entendia que o professor regular deveria realizar a adaptação.

Após a conscientização de ambos os professores de que quem estaria sendo prejudicado nessa situação seria o alunado que necessitava do atendimento especializado, o professor regular e a professora do serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE resolveram adaptar um a um os conteúdos em um trabalho conjunto onde o professor regular trazia os conteúdos, tanto de história, quanto de estudos amazônicos e juntamente com a professora adaptava de acordo com a necessidade individual de cada aluno.

Nessa mesma escola pode-se constatar a participação efetiva de professores e professoras regulares cedidos ao serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE para apoio aos alunos público da educação especial (PEE) durante as aulas regulares. Nesse sentido a sala de aula comum fica a cargo do professor regular, mas conta com a participação desses professores acompanhando alunos com necessidade de atendimento especializado.

No ano de 2021 durante a pandemia do Sars-CoV-2 (o vírus que causa a doença covid-19) em uma escola do distrito de Marudá, parte integrante do município de Marapanim/PA, o trabalho educacional foi desenvolvido em formato híbrido, não podendo ser de forma remota via internet dada as condições de muitos alunos que não tinham acesso a formas adequadas de informatização para estabelecimento das aulas a distância via Google Meet.

A solução encontrada foi a criação de cadernos de atividades baseados na adaptação do currículo escolar em um currículo contínuo para adequação as condições de cuidados sanitários impostos pela pandemia. Nesse sentido, apesar de a escola passar por reformas e não ter um espaço físico para o serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE, o profissional responsável, graduado e pós-graduado em Pedagogia foi de fundamental importância no sentido de orientar os professores regulares na confecção dos cadernos de atividades voltados aos alunos com deficiência intelectual, paralisia cerebral, TDHA, transtorno da fala e da linguagem dentre outras especificidades.

Esses cadernos eram a única ligação entre os alunos e a escola no período da pandemia. Nestes cadernos o profissional do serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE mantinha orientações individuais sobre cada particularidade de cada CID dos seus alunos público da educação especial (PEE), tanto para a sua confecção pelos professores regulares, quanto para o acompanhamento dos pais, que no momento pandêmico, tiveram um papel importantíssimo para o acompanhamento e desenvolvimento das atividades, sendo um marco na história do município mediante as condições impostas pela pandemia da Covid-19.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo versou em linhas gerais sobre o tema da educação inclusiva, mais precisamente sobre a colaboração entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regulares de escolas públicas de ensino fundamental no município de Marapanim/PA sobre as responsabilidades de elaboração e adaptação de atividades diárias, trabalhos ocasionais e provas bimestrais para atender aos alunos público da educação especial (PEE).

Sobre essa relação entre esses dois grupos de docentes pode-se distinguir duas situações: entraves para que haja uma boa relação de trabalho entre eles e também experiências exitosas no âmbito do *locus* da pesquisa que se deu na Costa da região norte brasileira, município de Marapanim/PA, especificamente na área praiana conhecida localmente como região do salgado marapaniense.

Quanto aos empecos verificados, a formação continuada foi identificada como um dos fatores mais críticos e decisivos para que haja desarmonia na relação entre o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores regulares. A figura identificada de docentes, principalmente tradicionalistas calcados na velha forma bancária de educação, é apontada com parte desses entraves.

No que diz respeito as experiências que tiveram êxito no âmbito educacional em questão, destacou-se desde a colaboração de professores regulares com o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e vice-versa, até o papel colaborativo de diretorias e poder público municipal na viabilização de situações com caráter igualitário.

Entende-se aqui a importância de cada agente atuante no processo de inclusão. A pessoa com deficiência requer abordagens e recursos específicos, e o foco na pesquisa/estudos fornece inerentemente conhecimentos que apoiam a integração de alunos público da educação especial (PEE). A não cooperação entre professores regulares e serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE é um desafio a superar. Isso poderá tornar as escolas mais igualitárias e democráticas.

Buscou-se realizar um estudo que possa contribuir trazendo novos dados qualitativos sobre o tema abordado no âmbito da região estudada tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a população local evidenciada no estudo. Este artigo visou ainda contribuir para desvelar novos detalhes sobre as diferentes formas e organizações sociais na Amazônia, com a participação ativa de diferentes agentes sociais, além de apresentar contribuições para o patrimônio sociocultural da comunidade marapaniense, onde buscou-se também entender suas dinâmicas educacionais.

Para tanto, foi feita uma etnografia escolar (trabalho de campo) utilizando como metodologia um estudo qualitativo, consistindo ainda em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema educação inclusiva e também observação participante no ambiente escolar (fundamental maior-6º ao 9º ano) nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, no âmbito das disciplinas de história, estudos amazônicos e trabalho pedagógico voltado ao serviço de Atendimento Educacional Especializado-AEE. A pesquisa apresenta como resultado/objetivo a oportunidade de observar/desvelar experiências exitosas e a permanência de alguns empecos nas práticas colaborativas desses dois grupos de profissionais na região do salgado do município de Marapanim/PA.

Buscou-se ainda, rever o papel de se fazer ciência a partir da própria experiência vivida pelo autor e como esta experiência transformada etnograficamente em dados provenientes do trabalho de campo pode aguçar questionamentos e formas de análise lidando com uma diversidade interpretativa onde a partir principalmente do encontro entre o *eu* e o *outro* é que será produzido as linhas do estudo.

Essa pesquisa primou pela máxima de que sempre deve haver o comprometimento científico/acadêmico e a partir dele, poder gerar uma produção nova que tenha como cerne também, a experiência de vida que produza reflexões sobre o fazer científico, não se ater somente a estudar uma região, uma comunidade, mas também poder fazer algo benéfico a ela. Deve-se fazer ciência para a academia, mas também para a região estudada no sentido de retornar a ela os dados obtidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edilania Reginaldo. A importância do trabalho conjunto do professor do aee e do ensino regular. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU) - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. O Desafio das Diferenças nas Escolas. Boletim 21. MEC, 2006.

DE ALMEIDA, Lourdes Casanova; URBIETA, Marta Rodrigues; DA SILVA, Josué Cabral. Narrativas sobre a educação inclusiva: desafios e tensões na prática pedagógica. Revista Diálogos Interdisciplinares, v. 1, n. 3, p. 123-138, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, Lúcia Pereira. A Intervenção reflexiva como instrumento de formação continuada do educador: um estudo em classe especial. 2003. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves; TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MILANESI, Josiane Beltrame. Atendimento educacional especializado para estudante com deficiência intelectual: os diferentes discursos dos professores especializados sobre o que e como ensinar. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 45-67, set./dez. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SUZANO, Marilda. Gerenciamento e Estratégia na Inclusão de alunos com Deficiência. Curso Planejamento Pedagógico e Gestão. Faculdades Integradas SIMONSEN, 21 jun. 2008.

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no

Brasil. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 90, n. 224, p. 223-244, 2009.

TUMA MARTINS, Ewerton Domingos. Desafios da implementação da lei 10.639/2003 em escolas públicas no município de Marapanim/PA. Revista Em Favor de Igualdade Racial, v. 4, n. 2, p. 97-111, 2021.

UNESCO (1994). The Salamanca statement and framework for action on special needs education, adopted by the World Conference on Special Needs Education: access and quality, Salamanca, 7-10 June 1994 / Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais. Lisboa: IIE. Inovação, 7, n.º 1, separata.